

Teorias do crescimento e do desenvolvimento

17

17.1 Ragnar Nurkse (1907-1959)

Ragnar Nurkse nasceu na Estônia e graduou-se em Economia pela Universidade de Edimburgo. Em 1932, transferiu-se para a Universidade de Viena, onde travou contato com Hayek, Mises e Morgenstern. Em 1934, passou a fazer parte do Serviço de Inteligência Econômica da Sociedade das Nações, onde teve desempenho destacado. Depois da Segunda Guerra Mundial, aceitou um convite para trabalhar na Universidade de Columbia, em Nova York, onde permaneceu até 1958. No período letivo 1958-1959, esteve em Genebra realizando estudos sobre o desenvolvimento econômico e, ao retornar, aceitou um convite para dar aulas em Princeton. No início de 1959, visitou Estocolmo, onde realizou palestras nas Conferências em Memória de Wicksell. No retorno da viagem, durante estada em Genebra, faleceu por causa de um colapso cardíaco.

Entre suas obras mais influentes, destacam-se *Conditions of international monetary equilibrium*, de 1945; *Problems of capital-formation in underdeveloped countries*, de 1953; *Patterns of trade and development*, de 1959; e *Equilibrium and growth in the world economy*, de 1961.

Nurkse foi um estudioso dos problemas econômicos internacionais. Suas análises se caracterizavam por sólida fundamentação teórica e uma articulação consistente e equilibrada entre dados estatísticos, teoria e aspectos históricos. Nos anos que se seguiram ao pós-guerra, aproximou-se sensivelmente da Escola Keynesiana. Dedicou especial atenção ao exame dos movimentos internacionais do capital, do comércio internacional e dos problemas do equilíbrio monetário internacional. Nos últimos anos de vida, dedicava-se ao estudo do desenvolvimento.

Entre as contribuições de Nurkse para o estudo dos problemas do desenvolvimento, destacam-se a conceituação de subdesenvolvimento, a identificação dos fatores responsáveis pela sua reiteração e as medidas necessárias para a superação dessa condição.

Para o autor, o subdesenvolvimento é uma condição em que o capital é insuficiente para alocar a população e os recursos naturais disponíveis de forma

eficiente e produtiva. Assim, o subdesenvolvimento é, basicamente, um problema de baixo nível de acumulação de capital.

A superação do subdesenvolvimento esbarra em vários obstáculos caracterizados por uma circularidade. A pobreza do país determina baixos níveis de renda de poupança e investimento. Investimentos reduzidos se traduzem em baixa produtividade, a qual, por sua vez, reitera o baixo nível da renda, fechando o ciclo.

A taxa de investimento é reduzida pelas dimensões restritas do mercado (baixo nível da renda), a qual decorre da baixa produtividade da economia, que é determinada, por sua vez, pela escassez de capital resultante dos baixos investimentos.

Segundo Nurkse, a única forma de romper esse círculo vicioso é ampliar a renda, o que implica incrementar a capacidade produtiva. Do seu ponto de vista, é a capacidade de produzir que determina a capacidade de compra, e, nos tempos atuais, a industrialização é a única forma de ampliar aceleradamente a produção. Mas, para ele, não é toda forma de industrialização que conduz ao desenvolvimento. As vias de industrialização voltadas à produção de manufaturados destinados à exportação não oferecem perspectivas seguras de desenvolvimento.

Os efeitos positivos da industrialização se fazem sentir com mais intensidade quando ela se orienta para abastecer o mercado local. Nesse caso, o primeiro grande problema a ser enfrentado é a baixa produtividade da agricultura, que é a responsável pelo baixo nível de renda do trabalhador rural e por um mercado de consumo de artigos manufaturados restrito. Dessa forma, fica evidente que o ritmo da industrialização depende de um processo simultâneo de incremento da produtividade agrícola, sem a qual não se ampliam a renda e o consumo nem a oferta de produtos agrícolas necessários ao abastecimento urbano. Como os ganhos de escala são muito importantes para o incremento da produtividade industrial, deve-se buscar a ampliação da oferta para além das fronteiras do mercado interno, por meio da abertura de novos mercados em outros países e acordos alfandegários com aqueles que se encontram em estágios próximos de desenvolvimento.

Como podemos observar, Nurkse coloca em evidência que o desenvolvimento depende de um crescimento equilibrado entre os setores da economia. Ele argumenta que, se os setores da economia contribuírem de forma equilibrada para a expansão, será possível obter taxas mais expressivas de crescimento. Afirma que os defensores do crescimento baseado num setor dinâmico, responsável pela indução de estímulos aos demais, tendem a desprezar o fato

de que os setores da retaguarda econômica retiram dinamismo dos que seguem à frente, comprometendo o desenvolvimento.

Os países subdesenvolvidos não podem sair dessa condição de forma natural e espontânea. Segundo Nurkse, existe um grau de crescimento econômico que, quando ultrapassado, tende a provocar um efeito em cadeia, no qual os setores da economia passam a se estimular reciprocamente. Enquanto esse limite não é superado, inúmeras forças atuam no sentido de manter o crescimento abaixo do limiar de estagnação. Assim, a ação do Estado passa a ser decisiva, pois ele reúne instrumentos e condições de mobilizar poupança, coordenar e direcionar investimentos numa dimensão fora de alcance da iniciativa privada local. Dessa forma, os países pobres só podem superar o subdesenvolvimento por meio de uma política ativa do Estado na esfera econômica, complementar aos empreendimentos da iniciativa privada.

17.2 Theodore W. Schultz (1902-1998)

O professor Schultz obteve seu Ph.D. na Universidade de Wisconsin, em 1930. Em 1943, tornou-se professor da Universidade de Chicago, onde permaneceu até 1961. Obteve o Prêmio Nobel de Economia em 1979, juntamente com Arthur Lewis, pelos seus estudos que ressaltavam a importância da agricultura e dos recursos humanos no desenvolvimento das nações. Entre as suas principais obras, destacam-se *The economic organization of agriculture*, de 1953; *The economic value of education*, de 1963; *Transforming traditional agriculture*, de 1964; *Investment in human capital: the role of education and of research*, de 1971; *Human resources, human capital: policy issues and research opportunities*, de 1972; *Investing in people: the economics of population quality*, de 1981.

Nos estudos sobre o desenvolvimento, Schultz defendeu que os países que pretendem superar a pobreza e o subdesenvolvimento não podem aplicar políticas de apoio à indústria e desprezar a agricultura. O desenvolvimento implica um crescimento equilibrado dos setores agrícola e industrial. Dessa forma, a modernização industrial deve ser acompanhada de políticas de apoio à agricultura, através de investimentos, tecnologia, garantia de preços mínimos que assegurem a prosperidade do setor agrícola e tragam benefícios ao conjunto da economia.

Além do crescimento equilibrado, o desenvolvimento depende de investimentos significativos do setor público e privado em recursos humanos, principalmente na área de educação, treinamento no trabalho e pesquisa.

No início da década de 1960, Schultz criticou as estimativas feitas nos países desenvolvidos, que indicavam uma tendência de redução no estoque de capital em relação à renda no longo prazo. Ele defendeu que essa estimativa era equivocada, pois ela não considerava os investimentos em capital humano no estoque de capital; em outras palavras, apenas uma parte do capital estava sendo considerada na estimativa de longo prazo da relação capital-renda. Assim como o capital humano (representado por investimentos em educação, treinamento, saúde, desenvolvimento de conhecimentos e habilidades) vinha desempenhando um papel cada vez maior no aumento da produtividade e da lucratividade, ele também era responsável pelo inesperado crescimento da renda dos trabalhadores. A crescente qualificação dos trabalhadores era a principal responsável pela elevação dos salários no mercado de trabalho.

Para Schultz, portanto, o desenvolvimento depende menos dos investimentos em capital fixo e mais dos investimentos em recursos humanos. Um país não pode se beneficiar das vantagens da tecnologia e dos procedimentos modernos de trabalho na agricultura e na indústria se não realizar grandes investimentos em seres humanos.

17.3 Joseph Alois Schumpeter (1883-1950)

Schumpeter nasceu na Morávia, província da Áustria, hoje pertencente à República Checa. Filho de um industrial têxtil, estudou Direito e Economia na Universidade de Viena, graduando-se em Direito em 1906. Sua carreira universitária iniciou-se em 1909, na Universidade de Czernowitz, onde permaneceu por pouco tempo. Passou o biênio 1913-1914 nos Estados Unidos, como professor visitante da Universidade de Columbia, em Nova York. Após a Primeira Guerra Mundial, voltou para a Áustria, decidido a ingressar na carreira política. Em virtude de sua reconhecida preparação teórica, foi convidado a ocupar o Ministério da Fazenda, no qual permaneceu por apenas alguns meses, renunciando em meio a grave crise financeira. Apesar da sua gestão catastrófica à frente das finanças públicas, logo a seguir foi convidado para dirigir importante casa bancária austríaca, que acabou falindo em 1924, imersa em inúmeras irregularidades. Diante das dificuldades de conciliar suas habilidades teóricas com a adversa realidade do pós-guerra, aproveitou uma oportunidade para retornar à academia, tornando-se professor de Economia na Universidade de Bonn, na qual

permaneceu até 1932. Nesse ano se transferiu para os Estados Unidos, onde construiu brilhante carreira como professor de Economia em Harvard. Foi presidente da Econometric Society (1937-1941) e o primeiro economista não-americano da American Economic Association (1948).

Entre as suas principais obras, destacam-se: *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*, de 1912; *Business cycles*, de 1939; *Capitalism, socialism and democracy*, de 1942; *History of economic analysis*, publicação póstuma de 1954.

Além da sua obra clássica sobre a história da análise econômica, as contribuições mais importantes de Schumpeter podem ser agrupadas em dois campos: os estudos teóricos sobre o desenvolvimento capitalista e sua abordagem sobre os ciclos econômicos.

Nos seus estudos de 1912, nos quais apresenta sua teoria do desenvolvimento capitalista, ele inicia a abordagem demonstrando que a vida econômica sob o capitalismo opera como um fluxo circular, isto é, o sistema tende a se repor, ano após ano. Naturalmente, nessa condição, a população e a produção crescem, mas o sistema econômico opera sempre no sentido de buscar uma nova situação de equilíbrio, que é diferente da anterior, mas apenas se adapta, de um ponto de vista estritamente quantitativo, às novas exigências. O único fenômeno que pode romper esse padrão de reprodução é a ação do empresário empreendedor, por meio de uma **inovação**.

As inovações podem ser agrupadas em cinco classes: 1. fabricação de um novo bem; 2. criação de um novo método de produção; 3. acesso a um novo mercado; 4. acesso a uma nova fonte de matérias-primas; e 5. nova forma de organização econômica, como um monopólio. Entretanto, não é qualquer tipo de inovação que tem a propriedade de promover mudança qualitativa na reprodução do sistema. Entende-se por inovação as mudanças que atendem a dois requisitos básicos: primeiro, são aplicadas na vida econômica (invenções que não são aplicadas não são inovações); segundo, devem ser introduzidas em grupo. Ocorrências desse tipo não são frequentes, mas, quando uma inovação introduzida por um empreendedor é rapidamente replicada pelos demais e se generaliza pelo sistema, cria uma onda de otimismo e prosperidade, pois amplia o investimento, o emprego, a renda e o crédito. O desenvolvimento econômico consiste nessas mudanças qualitativas de estado do sistema. Como é possível observar, Schumpeter estabelece uma distinção clara entre **crescimento** e **desenvolvimento econômico**.

O crescimento é um fenômeno relacionado a fatores externos ao sistema e ocorre quando a economia é “arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta”¹ e se adapta às novas circunstâncias impostas pela realidade.

Já o desenvolvimento implica mudanças na vida econômica, engendradas pelo próprio sistema, em fenômenos e mudanças qualitativas que criam os pré-requisitos para a etapa seguinte. Ele pode ser descrito como uma

[...] perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente [...] de tal modo [...] que o novo (ponto de equilíbrio) não pode ser alcançado a partir do antigo mediante passos infinitesimais. Adicione sucessivamente quantas diligências quiser, com isso nunca terá uma estrada de ferro.²

Como a inovação é introduzida necessariamente pelo empresário empreendedor, conclui-se que ele é o agente fundamental do processo de desenvolvimento econômico. Coube a Schumpeter chamar atenção para esse aspecto decisivo que, segundo afirma, tinha sido negligenciado pelos demais economistas. O empresário empreendedor é decisivo não só pelo fato de ser o criador e o responsável pela introdução das inovações, mas também porque “intui” as novas oportunidades, novos produtos e desempenha a função de “educar” o desejo do consumidor, “ensinando-o” a desejar produtos novos, diferentes daqueles consumidos habitualmente. A criação de novos hábitos de consumo cria um novo mercado, deslocando as possibilidades de reprodução do sistema para um novo patamar.

Essa ação **criativa**, por sua vez, não pode ser desvinculada das conseqüências **destrutivas** que ela desencadeia, pois as inovações deslocam produtos antigos do mercado, eliminam empresas, processos e métodos de produção antiquados, além de hábitos tradicionais, que são substituídos por novos. Assim, do ângulo da análise de Schumpeter, o binômio **criação-destruição** faz parte da natureza do desenvolvimento econômico.

Ele também não ignorava que, entre os efeitos colaterais da concorrência, encontrava-se o processo de formação dos monopólios. Entretanto, diferentemente dos neoclássicos, não os considerava prejudiciais à economia de mercado nem reclamava a ação do Estado para coibi-los. Do seu ponto de vista, a formação de grandes corporações monopolistas é da natureza do sistema

¹ SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Introdução: Rubens Vaz da Costa. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Coleção Os economistas.

² Id.

capitalista e, contrariamente ao que imaginam os liberais ortodoxos, o surgimento dessas empresas não prejudicava a concorrência, apenas deslocava o patamar em que ela ocorria. Normalmente, a concorrência se traduz numa “guerra” de preços, mas, em mercados nos quais atuam empresas monopolistas, a disputa se desloca para outras esferas, como a das inovações tecnológicas e a da organização-gestão da produção. Além disso, como os preços nesses setores tendem a ser mais elevados do que num ambiente de livre concorrência, as maiores margens de lucro atraem empresários empreendedores para o setor, estimulando as inovações, cujos efeitos, no limite, podem desagregar as grandes corporações monopolistas. No longo prazo, portanto, os monopólios não são prejudiciais ao desenvolvimento, pois são agentes inovadores e temporários, a menos que se tornem alvos de políticas protecionistas.

No entanto, em quaisquer circunstâncias (livre concorrência ou concorrência entre monopólios), o empreendedor não será capaz de colocar as inovações em prática se não tiver acesso ao crédito. Para Schumpeter, o crédito que financia o investimento é muito mais importante para o desenvolvimento do que o que financia o consumo.

Apesar de Schumpeter reconhecer o papel progressista desempenhado pelo capitalismo e não nutrir a menor simpatia pelo socialismo, ele era pessimista em relação às perspectivas de sobrevivência do sistema capitalista. Essa visão foi apresentada no seu texto de 1942, *Capitalism, socialism and democracy*. O autor argumentava então que o capitalismo, apesar de seu enorme sucesso (e por causa dele), estava condenado a desaparecer e ser superado pelo socialismo basicamente por três fatores.

Em primeiro lugar, ele observava que o desenvolvimento capitalista e a tendência à formação de grandes conglomerados estavam produzindo o efeito de eliminar o agente responsável pelo dinamismo do sistema, o empresário empreendedor. A eliminação podia ocorrer por duas vias: ou pelo desaparecimento dos pequenos e médios negócios, setores nos quais os empreendedores iniciam suas atividades, ou pela criação, no interior das grandes corporações, de equipes técnicas assalariadas que teriam a tarefa de criar e introduzir as inovações. Nesse caso, as equipes tenderiam a se tornar organismos burocráticos, repetindo tarefas cada vez mais rotineiras e previsíveis, isto é, afastar-se-iam cada vez mais das motivações típicas do empresário empreendedor, conduzindo o sistema à estagnação.

Em segundo lugar, o desenvolvimento capitalista estava criando o efeito de separar a propriedade e a gestão da empresa, isto é, estava produzindo uma classe de “proprietários ausentes”, de um lado, e de gestores de outro, que não teriam um compromisso efetivo com a preservação da empresa. O mesmo desenvolvimento que estava conduzindo à perda da “substância material” da propriedade (as relações entre o proprietário e as empresas tornavam-se cada vez mais tênues) gerava uma “classe” de intelectuais, cujas inclinações críticas e dificuldades de integração profissional ao sistema tendiam a exercer um papel desagregador sobre a ordem, particularmente quando se amalgamavam às classes desfavorecidas pelo sistema.

Em terceiro lugar, a crescente influência e interferência do Estado na economia, por meio de impostos elevados, gastos públicos excessivos, leis de proteção ao trabalho e de regulamentação do mercado, tenderiam a desestimular o investimento, as inovações e o desenvolvimento. Schumpeter acreditava que a ampliação das esferas de atuação do Estado tendia a evoluir para um capitalismo estatal burocratizado e ineficiente, cujos desdobramentos seriam ou uma volta ao capitalismo ou a transição para o socialismo pleno.

Nas seis décadas que se seguiram a essas análises de Schumpeter, seus diagnósticos pessimistas sobre as chances de sobrevivência do capitalismo não se confirmaram. Diversamente do que o autor imaginava, o sistema, pelo menos até agora, tem revelado uma grande capacidade de gerir e superar as suas dificuldades.

O outro campo de estudos para o qual Schumpeter deixou importantes contribuições foi o dos ciclos econômicos. Muitos autores vinham trabalhando sobre os ciclos econômicos quando ele publicou sua análise. Ela não era propriamente original em suas partes, mas foi muito importante por conseguir apresentar uma visão abrangente sobre os ciclos, sintetizando inúmeros estudos e pesquisas que vinham sendo feitos sobre o tema.

Schumpeter classificou os ciclos em três tipos: o ciclo de Kitchin, o de Juglar e o de Konradieff. O ciclo de Kitchin³ estava associado ao comportamento das vendas e compreendia um período aproximado de 40 meses. Assim que as vendas ingressavam numa fase de expansão, as empresas ampliavam seus estoques para se antecipar à demanda. Essa antecipação gerava estímulos à produção, ao emprego e à renda e se prolongava até a redução do ritmo das

³ Nome dado em homenagem ao empresário sul-africano que foi o primeiro a identificá-lo.

vendas. Aos primeiros sinais de queda nas vendas, as empresas reduziam imediatamente a produção e os estoques até que as vendas voltassem a se acelerar e um novo ciclo recomeçasse.

O segundo ciclo, considerado o mais importante, é o de Juglar.⁴ Sua duração varia de nove a dez anos e ele está relacionado às variações no fluxo dos investimentos. O ciclo de Juglar se inicia quando as empresas partem para investimentos na modernização das fábricas e na aquisição de máquinas e equipamentos para ampliar a produção. Esse período dura de quatro a cinco anos. Com o novo parque produtivo instalado, o ritmo de investimentos decai e as máquinas entram numa fase de intensa utilização e desgaste. Esse período se estende por aproximadamente cinco anos. O novo ciclo tem início quando a necessidade de reposição do maquinário desencadeia uma nova onda de investimentos.

O terceiro ciclo, o de Kontradieff⁵, tem duração aproximada de 50 a 60 anos e está ligado à introdução de inovações em grande escala. O ciclo se inicia quando um conjunto de invenções e novos métodos de comercialização e produção que vinham se acumulando ao longo de anos começam a ser introduzidos na vida econômica, desencadeando uma onda de inovações. Em geral, essas invenções e esses novos métodos se acumulam, pois as empresas não se sentem seguras para aplicá-los por nunca terem sido testados em sua eficácia. Quando surge a oportunidade e elas são introduzidas com sucesso na vida econômica, todos os demais agentes começam a copiá-las, abrindo um período de expansão dos investimentos, da produção, do emprego e da renda. Esse período corresponde à fase ascendente do ciclo de Kontradieff e dura aproximadamente de 12 a 14 anos. Quando as inovações já estão generalizadas, e o ciclo de inovações se esgota, o ritmo dos investimentos se reduz, as empresas contratam menos crédito e o ritmo de crescimento decai. Inicia-se uma fase de diminuição da produção, do emprego e da renda, orientando a economia numa rota da recessão. Quando a retração da atividade econômica num ciclo longo coincide com as fases de retração de um ciclo de Juglar e de Kitchin, o sistema evolui para uma depressão econômica. A fase que vai da reversão da prosperidade até a depressão, compreende um período de aproximadamente 20 a 25 anos. A fase seguinte, de retomada do crescimento e de acúmulo de invenções

⁴ Nome do médico e economista francês que foi o primeiro a demonstrar sua existência.

⁵ Economista russo, ministro de Kerensky e conselheiro econômico do governo soviético até a década de 1930.

e novos métodos, se prolonga por mais 12 ou 14 anos, até o momento em que surge uma oportunidade na qual eles são introduzidos em grupo nos processos produtivos e impulsionam uma nova fase de prosperidade. Schumpeter considerava esses ciclos de prosperidade e depressão próprios da dinâmica do sistema capitalista, etapas transitórias no processo de expansão da renda nacional e *per capita*.

17.4 Simon Smith Kuznets (1901-1985)

A abordagem keynesiana abriu uma série de possibilidades para os estudos macroeconômicos, em especial para os problemas do desenvolvimento. O modelo de Harrod-Domar, por exemplo, isolou algumas variáveis de inspiração keynesiana e desenvolveu equações que pretendiam representar, de maneira aproximada, o comportamento do sistema macroeconômico de forma a dotar os governos de instrumentos de intervenção para assegurar uma rota segura de crescimento. Mas ainda havia todo um trabalho a ser feito nesse campo, pois a nova abordagem exigia a quantificação das variáveis macroeconômicas segundo um método que permitisse, por exemplo, estudos comparativos entre os países desenvolvidos e entre estes e os países pobres. É principalmente nesse campo que se inserem as contribuições de Simon S. Kuznets.

Nascido em Kharkov, na Ucrânia, em 1901, emigrou para os Estados Unidos em 1921. Obteve seu Ph.D. em 1926 na Universidade de Columbia. Foi aluno de W. C. Mitchell, com quem trabalhou no National Bureau of Economic Research. Tornou-se, posteriormente, professor das universidades John Hopkins (1954-1960) e Harvard (1960-1971).

Suas pesquisas abarcaram o campo extenso, envolvendo estudos históricos, amplos levantamentos estatísticos e aprimoramento de conceitos teóricos. Foi agraciado em 1971 com o Prêmio Nobel de Economia em razão de seus estudos ancorados em amplo levantamento estatístico, que possibilitaram medir com maior precisão as magnitudes econômicas que interferem decisivamente no processo de mudança social. Os métodos que criou para avaliar as dimensões e as variações da renda nacional foram importantes para esclarecer vários aspectos do crescimento econômico. Foi muito bem-sucedido em evidenciar a relação entre vários componentes importantes do sistema econômico, baseada em conceitos que oferecessem a oportunidade de serem observados, medidos e testados estatisticamente. Essas abordagens elucidaram muitos conceitos

e modelos excessivamente abstratos e viabilizaram a criação de outros com maior aplicabilidade na vida econômica. Além dos aspectos puramente quantitativos, os fatores institucionais, demográficos, tecnológicos e os relativos à estrutura industrial e do mercado não foram negligenciados. O conjunto de pesquisas contribuiu para a definição de inúmeros conceitos, como de renda nacional, renda *per capita*, coeficiente de capital e vários outros que possibilitaram expressar quantitativamente várias idéias de Keynes, além de permitirem a elaboração do sistema de contas nacionais adotado posteriormente por vários países e pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Entre suas principais contribuições, podemos destacar: *National income, 1929-1932*, artigo de 1933, publicado na *Encyclopaedia of the social science*, vol. XI; *Secular movements in production and prices*, de 1930; *Long-term changes in the national income of the United States of America since 1870*, de 1951; *Quantitative aspects of the economic growth of nations*, papers publicados como suplemento da *Economic Development and Cultural Change* (University of Chicago Press), em outubro de 1956 e em janeiro de 1967; *Capital in the American economy: Its formation and financing*, de 1961; *Modern economic growth: rate, structure, and spread*, de 1966; *Economic growth of nations: total output and production structure*, de 1971.

No artigo de 1933, Kuznets apresenta sua primeira exposição dos componentes da contabilidade nacional e demonstra como eles poderiam ser relacionados às principais formulações da teoria econômica da época. Numa série de estudos posteriores realizados sobre a economia norte-americana, procurou determinar de que forma o crescimento demográfico, fatores políticos, sociais e técnicos interagem na atividade econômica e na evolução ou crescimento da renda nacional. Os mesmos métodos e conceitos utilizados para analisar a evolução da economia dos Estados Unidos foram aplicados aos casos da Inglaterra e da Alemanha, o que lhe permitiu comparar as tendências do crescimento econômico entre esses países, dedicando especial atenção aos aspectos relativos à distribuição de renda. Nessas análises, recorreu com frequência ao conceito de “coeficiente de capital” (relação entre o capital investido e a produção anual) para medir a intensidade do capital e o índice de capitalização.

Na sua obra de 1966, *Modern economic growth: rate, structure, and spread*, uma das mais conhecidas e divulgadas, Kuznets alinha muitas das idéias pelas quais se tornou conhecido no *mainstream* econômico.

Com esse trabalho, ele procurou analisar as principais características do crescimento econômico das nações nos séculos XIX e XX. A primeira característica relevante que ele identifica na economia moderna é a participação cada vez mais efetiva da ciência na solução dos problemas da produção, a qual impulsionou de forma inédita o crescimento. Para medir esse crescimento, ele recorreu ao conceito de Produto Nacional Bruto (PNB), e fez questão de destacar que o recurso a esse parâmetro não implica que ele seja o melhor ou o mais importante para avaliar o desempenho econômico das nações. Argumenta que o PNB é um indicador bastante adequado para medir o desempenho das nações desenvolvidas, mas, no caso dos países subdesenvolvidos, como as condições econômicas são muito diferentes, talvez seja necessário recorrer a outros parâmetros, capazes de avaliar melhor as mudanças nas condições econômicas desses países. Kuznets sugere, portanto, que a definição de parâmetros de avaliação do crescimento econômico não é uma decisão estritamente técnica, uma vez que as metas econômicas estão relacionadas a opções da sociedade e das forças políticas de cada nação.

Outra característica importante da economia moderna diz respeito às relações entre o crescimento da população e o produto. O autor afirma que suas pesquisas indicaram que não há como demonstrar efeitos favoráveis ou desfavoráveis do crescimento demográfico sobre o crescimento do produto. Na verdade, há vários fatores que atuam nesse processo, como os sociais, os políticos, os institucionais, e eles devem ser analisados conjuntamente. Nem o incremento quantitativo da força de trabalho e do capital também é suficiente para explicar o crescimento da economia moderna. Segundo Kuznets, o aumento da eficiência do parque produtivo está relacionado ao aumento da produção por unidade de insumo, que, por sua vez, depende da melhor qualidade dos recursos, de novas combinações na organização produtiva, de incrementos tecnológicos ou de uma combinação dos três. Essa valorização dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, para justificar o crescimento econômico, é um ponto de convergência entre as análises de Kuznets e Schumpeter.

Todo o período de crescimento econômico inicia-se com a introdução de novas técnicas, fenômeno que não ocorre simultaneamente em todos os países, mas, geralmente, em apenas dois ou três, e só posteriormente se dá a difusão desse progresso técnico. As nações que reúnem condições para iniciar o processo de inovações são invariavelmente aquelas que já possuem familiaridade

com as tecnologias tradicionais, conhecem bem suas limitações e têm conhecimento, ao menos teórico, do que é necessário para superá-las. Além disso, devem reunir condições favoráveis para a assimilação de novas técnicas (que não resultam de transformações das técnicas tradicionais empreendidas no interior do sistema) pelo parque produtivo. O ritmo da difusão do progresso técnico entre os países também é função direta da capacidade de cada um deles de inovar seus processos produtivos e de incorporar nova tecnologia. Para que isso se torne possível, concorre uma série de fatores, ideológicos, políticos, institucionais. Na ausência destes, de ordem institucional, a difusão do conhecimento e as inovações técnicas deparam com obstáculos insuperáveis, perpetuando o atraso econômico. Ele exemplifica mostrando que a adaptação às novas tecnologias implica grandes mudanças nos parques produtivos, as quais podem encontrar resistência entre os grupos industriais mais tradicionais. Se eles forem bem-sucedidos, os níveis de crescimento futuro estarão irremediavelmente comprometidos. Para Kuznets, portanto, o subdesenvolvimento é resultado, sobretudo, de uma inadequação da ordem institucional dessa classe de nações às condições necessárias à difusão dos novos conhecimentos e tecnologias.

O autor dedicou especial atenção aos problemas da distribuição do produto e da renda nos seus estudos sobre o crescimento econômico. Nos países desenvolvidos, ele observou uma nítida tendência de aumento da participação dos trabalhadores no produto líquido e explicou esse fenômeno como resultado dos investimentos na formação e qualificação da força de trabalho, além da opção dessas sociedades, baseadas no livre mercado, de valorizar o trabalho relativamente ao capital. Em seus estudos comparativos entre a evolução da distribuição da renda nos países desenvolvidos e nos pobres, observou que existe uma relação entre o estágio em que o país se encontra na trajetória do desenvolvimento e o perfil da distribuição da renda. Essa relação ficou conhecida como **Lei de Kuznets**. De acordo com ela, os países de renda *per capita* baixa possuem indicadores de distribuição de renda melhores que os países que iniciaram seu processo de desenvolvimento. Já os índices de distribuição de renda dos países desenvolvidos, de renda *per capita* elevada, são melhores que os dos países pobres. A Lei de Kuznets afirma, portanto, que a distribuição se torna mais equitativa à medida que a renda *per capita* aumenta, mas que essa evolução não ocorre de forma linear e progressiva. Segundo Kuznets, nas etapas iniciais do crescimento econômico em países pobres, há um aumento da

renda *per capita* e da desigualdade. Esses índices aumentam até que se atinja um ponto além do qual os índices de crescimento do produto passam a ser acompanhados pela diminuição progressiva da desigualdade. É como se, para sair do estado de pobreza e subdesenvolvimento, a distribuição de renda do país precisasse piorar para depois melhorar. Kuznets notou que, nos países onde foram feitas reformas agrárias radicais no pós-guerra, essa regularidade estatística não se aplica, isto é, o crescimento da renda *per capita* não passa pela etapa de deterioração da distribuição da renda.

O autor também é responsável pela descoberta de outra regularidade econômica, o *Ciclo de Kuznets*. Estudioso dos ciclos, descobriu que, entre os ciclos longos de aproximadamente 50 anos (Kontradiéff) e os de 10 anos (Juglar), existem ciclos de aproximadamente 25 anos. Fez essa descoberta baseado em análises estatísticas da economia norte-americana, num período marcado por forte movimento migratório (anterior a 1940). Como o próprio Kuznets reconhecia que não há relação positiva entre o crescimento demográfico e o econômico, essa regularidade não pôde ser observada com facilidade em outros períodos e em outras economias.

Apesar das importantes contribuições de Kuznets para o desenvolvimento e aplicação de muitas idéias keynesianas, seus estudos poderiam ser descritos como um campo de intersecção entre essa escola e a Institucionalista Norte-Americana.

17.5 Walt Whitman Rostow (1916-2003)

Historiador econômico norte-americano, estudou em Yale, onde obteve seu doutorado em 1940. Foi professor de Economia na Columbia University, de História dos Estados Unidos em Oxford e em Cambridge, e de História Econômica no MIT (1950-1961), quando saiu para assessorar a administração democrata. Ocupou vários cargos em organismos relacionados à Segurança Nacional. Em 1969, voltou a dar aulas de Economia e História em Austin, na Universidade do Texas.

Entre suas principais obras, destacam-se: *Process of economic growth*, de 1952; *Stages of economic growth*, de 1960; *Politics and the stages of growth*, de 1971; *How all began: origins of the modern economy*, de 1975.

Rostow é muito conhecido pela sua tese apresentada no *Stages of economic growth*, na qual o desenvolvimento econômico da humanidade é dividido em

cinco etapas: a sociedade tradicional, a pré-condição para a decolagem (*take-off*), a decolagem, a marcha para a maturidade e a era do consumo de massa.

Esse estudo foi resultado de uma série de conferências ministradas na Universidade de Cambridge, em 1958, durante um período de licença do MIT. As conferências tinham como tema o processo de industrialização e pretendiam, além de oferecer uma compreensão abrangente do assunto, ilustrar como a teoria econômica podia ser integrada à história econômica, apresentar uma análise integrada das sociedades (relacionando as forças econômicas, políticas e sociais) e oferecer uma alternativa à visão marxista sobre os temas dos modos de produção (no qual o socialismo e o comunismo apareciam como os estágios mais elevados de organização humana) e às relações entre a “infra-estrutura” econômica e os níveis da “superestrutura”.

Rostow reconhecia que o empreendimento de apresentar a história da humanidade baseado nessas cinco etapas do desenvolvimento tinha seus limites, mas argumentava que o objetivo era, basicamente, identificar certas uniformidades da evolução das sociedades humanas, mas sem perder de vista as particularidades de cada nação.

A primeira etapa do desenvolvimento era a sociedade tradicional. Nessa fase, a comunidade humana não consegue elevar o volume da produção *per capita* além de um determinado limite, pois sua capacidade produtiva depende de recursos técnicos restritos. A produção organiza-se principalmente em torno da agricultura, a sociedade é rigidamente hierarquizada, baseada em laços familiares (clãs), e o poder político apresenta-se centralizado e vinculado à propriedade ou ao controle da terra.

A segunda etapa corresponde a uma fase de transição, na qual são gestadas as pré-condições para o arranque ou decolagem (*take-off*). O autor afirma que a Europa Ocidental passou por essa fase em fins do século XVII e início do XVIII. Nesse período, a ciência começou a interferir na produção agrícola e industrial, num momento de expansão dos mercados mundiais e de intensificação da concorrência internacional. Entre os fatores que caracterizam essa transição, encontram-se: a crescente adequação da educação às necessidades da moderna atividade econômica; o surgimento de empreendedores, de bancos e de instituições de crédito; o incremento dos investimentos em infra-estrutura; a formação de um estado nacional centralizado e organizado; a ampliação do comércio nacional e internacional e o surgimento de empresas industriais; a

convivência entre valores políticos, sociais e instituições tradicionais e técnicas de baixa produtividade com os setores modernos.

A etapa da decolagem se caracteriza pela superação dos obstáculos ao desenvolvimento contínuo, quando as forças do progresso se generalizam e passam a ditar o ritmo da atividade econômica. Os fatores que proporcionam a decolagem são: as novas tecnologias, a acumulação de capital, a aplicação das novas tecnologias à agricultura e à indústria e a ascensão ao poder político de grupos comprometidos com a modernização. Nessa fase, as novas indústrias surgem e se expandem rapidamente, aumentam o contingente operário, a classe empresarial, o grau de urbanização, a oferta de produtos manufaturados e de serviços, e elevam-se a renda, a poupança e os investimentos.

Segundo Rostow, a decolagem da Grã-Bretanha ocorreu nos 20 últimos anos do século XVIII; a da França e dos Estados Unidos, na primeira metade do XIX; a da Alemanha, no terceiro quarto do século XIX; a do Japão, no último quarto do século XIX; a da Rússia e do Canadá, no quarto de século anterior a 1914; e a da Índia e da China, nas décadas pós-1950.

A marcha para a maturidade compreende um longo período de progresso continuado, no qual a tecnologia moderna se propaga para o conjunto do sistema econômico, o investimento oscila em torno de 10% a 20% ao ano da renda nacional e a produção ultrapassa o incremento demográfico. O setor industrial se consolida e se insere internacionalmente, alterando a pauta de importação, substituindo importações, ampliando exportações. Os valores associados ao modo de vida tradicional começam a ceder espaço aos modernos e as instituições começam a se adaptar à nova realidade, abrindo caminho para a continuidade da modernização. Em síntese, na fase de maturidade, o crescimento industrial atinge um estágio de autonomia, no qual o sistema econômico consegue produzir o que julga necessário no nível da tecnologia moderna. A dependência, se existir, deixa de ser técnica e passa a ser uma opção, econômica ou política.

Na última etapa, a era do consumo em massa, as conseqüências da maturidade econômica tendem a se expressar com ênfase cada vez maior nos setores de bens de consumo duráveis e de serviços, passando a liderar o crescimento econômico. Com isso, a renda real *per capita* eleva-se a um patamar superior às necessidades básicas de alimentação, habitação e vestuário; a proporção da população urbana em relação ao total e sua disposição em adquirir produtos de consumo crescem; e, principalmente, a prioridade que a sociedade atribui às

inovações tecnológicas começa a ceder espaço às políticas de assistência social, que ganham importância crescente.

Entretanto, caso predomine a **soberania do consumidor**⁶, haverá uma pressão para que a maior parte dos recursos se desvie para a produção de bens de consumo duráveis (especialmente automóveis) e para a expansão do setor de serviços.

Para Rostow, o estudo dessas etapas não visa simplesmente a mostrar como as economias e seus setores se transformam para crescer, mas também a observar “uma série de opções estratégicas feitas por várias sociedades” no que diz respeito a como empregar seus recursos produtivos, opções que, em geral, incluem aspectos econômicos mas os transcendem.

Essa abordagem acabou criando uma polêmica com Kuznets, pois ele discorreu dessa concepção de etapas do desenvolvimento elaborada por Rostow, dos parâmetros que ele considerava relevantes para a análise do crescimento e do indicador que havia proposto para medir o crescimento econômico. Kuznets defendia a utilização dos grandes agregados, como o crescimento do PNB, do PNB *per capita* e outros, para analisar a economia das nações e estabelecer comparações internacionais. Rostow, por sua vez, inspirado por um estudo do próprio Kuznets (*Secular movements in production and prices*, de 1930), defendia uma abordagem setorial e subsetorial do crescimento, além de considerar a capacidade de uma nação ou de um setor econômico de incorporar tecnologia como o indicador mais adequado para medir o crescimento econômico. Ele até acreditava que o PNB *per capita* podia ser utilizado para definir as etapas do desenvolvimento, mas considerava que esse método não podia oferecer uma compreensão efetiva do que ocorria na economia e, algumas vezes, poderia produzir resultados enganosos. Argumentava que o problema dos grandes agregados é que eles não permitem identificar os setores nos quais as novas tecnologias são introduzidas e a partir dos quais ocorre o efeito de difusão do crescimento. Dessa forma, obscurecia um ponto decisivo em torno do qual havia consenso e que dizia respeito ao reconhecimento de que “o crescimento moderno está enraizado na difusão progressiva de novas tecnologias numa base eficiente”. De acordo com Rostow, sem essa desagregação, os estudos sobre o crescimento desprezavam seu componente mais relevante.

⁶ Conceito segundo o qual só se produz aquilo que o consumidor deseja. Conforme essa visão, as necessidades humanas são aproximadamente as mesmas ao longo da evolução humana. Esse ponto de vista admite que a esfera produtiva não tem poder para induzir necessidades e desejos de consumo.

17.6 Alexander Gerschenkron (1904-1978)

Gerschenkron nasceu na Rússia e migrou para Viena em 1920. Estudou na Universidade de Viena, onde obteve seu doutorado em 1928. Transferiu-se posteriormente de Viena para a Inglaterra e depois para os Estados Unidos. Em 1948, foi convidado para exercer uma cátedra na Universidade de Harvard na área de História Econômica.

Entre seus principais trabalhos, podem ser citados: *Bread and democracy in Germany*, de 1943; *Economic relations with the U.S.S.R.*, de 1945; *A dollar index of Soviet petroleum output, 1927-28 to 1937*, co-autoria com Nancy Nimitz, de 1952; *Economic backwardness in historical perspective, a book of essays*, de 1962; *Continuity in history, and other essays*, de 1968; *Europe in the Russian mirror: four lectures in economic history*, de 1970.

Foi um estudioso dos processos de industrialização nos séculos XIX e XX e dedicou atenção especial aos efeitos que os níveis distintos de desenvolvimento provocam na industrialização dos países “atrasados”, tanto no campo capitalista como no não-capitalista. Considerava que muitos dos problemas do desenvolvimento industrial em meados do século XX poderiam ser compreendidos de forma mais ampla e profunda com base num estudo histórico da industrialização europeia no século XIX. Do seu ângulo de análise, os temas do crescimento e do desenvolvimento resumiam-se ao problema da industrialização. O autor observou que, no caso dos países europeus que se industrializaram no século XIX, a visão dos agentes econômicos sobre o grau relativo de atraso entre a sua economia e a dos demais países era decisiva para compreender o início do esforço de industrialização. A demora em iniciar o processo contrastava com a intensidade e a energia que dedicavam à modernização em suas etapas iniciais. Ele explicava essa mudança súbita de atitude como resultante de uma ponderação dos agentes econômicos em relação às vantagens do rápido desenvolvimento econômico, comparativamente aos custos implícitos à eliminação dos obstáculos à modernização industrial. Quando a expectativa de ganho fosse mais que proporcional aos custos de superação do atraso e implementação da indústria, o processo seria desencadeado.⁷

Apesar de reconhecer que a industrialização estava ao alcance de todos os países “atrasados”, a superação dos obstáculos para a modernização industrial

⁷ GERSCHENKRON, Alexander. *Economic backwardness in historical perspective, a book of essays*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1966.

dependia da disponibilidade de recursos e oportunidades de investimento, além da eliminação das barreiras institucionais⁸ que eram particulares em cada país. Além disso, os recursos nacionais deveriam ser mobilizados de forma organizada e concentrada, mediante planificação. Quanto maior fosse o grau de atraso da economia do país, tanto maior o grau de intervencionismo necessário para orientar o investimento privado e o crescimento industrial. Por exemplo, a inexistência de um sistema de crédito que financiasse os investimentos industriais exigia que o Estado desenvolvesse mecanismos para prover os recursos necessários à aquisição de máquinas e equipamentos pelo setor privado.

Para Gerschenkron, o atraso econômico não implicava só desvantagens. Entre as vantagens, destacou a possibilidade de as nações, em estágios iniciais de industrialização, “queimarem etapas”, incorporando as tecnologias mais modernas disponíveis nas economias desenvolvidas.

Em seus estudos sobre as economias não-capitalistas, priorizou pesquisas e abordagens comparativas entre os processos de industrialização no Ocidente e na União Soviética. Foi com base nessas análises que formulou a “Lei” ou “Efeito Gerschenkron”. Esse fenômeno ocorre quando se deseja comparar preços de mercadorias e serviços em dois momentos distintos no tempo para verificar que tipo de variação ocorreu (nominal, real ou ambas). A comparação deve ser feita tomando como referência os preços do primeiro ou do segundo momento. O problema é que a variação obtida quando se adotam como base os preços do primeiro momento é diferente da variação resultante quando a base são os preços do segundo momento.⁹ Quando há aumento real de preços, por exemplo, o índice de variação baseado nos preços do primeiro momento tende a ser maior que o índice de variação baseado nos preços do momento seguinte.

Questões

1. Explique qual o conceito de subdesenvolvimento apresentado por Nurkse, quais os principais obstáculos para superá-lo e as principais medidas necessárias para ultrapassar esse estágio.

⁸ Tais como falta de garantia aos direitos individuais e de propriedade, escassez de conhecimentos técnicos e científicos, baixa produtividade da agricultura, falta de mão-de-obra especializada, ausência de iniciativa empresarial, de crédito, de investimentos e de mercados.

⁹ Se a referência adotada são os preços do primeiro momento, utiliza-se o índice de Laspeyres; adotando-se os preços do segundo momento, utiliza-se o índice de Paasche.

2. Segundo Theodore W. Schultz, de que forma os investimentos e o desenvolvimento se relacionam?
3. Segundo Schumpeter, há uma diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico. Explique no que consiste essa diferença.
4. Qual é o papel que cabe ao empresário empreendedor na teoria de Schumpeter?
5. Explique por que Schumpeter era pessimista em relação às possibilidades de sobrevivência a longo prazo do sistema capitalista.
6. Qual é a principal contribuição de Schumpeter para a teoria dos ciclos?
7. Explique as relações entre crescimento econômico e distribuição de renda segundo a Lei de Kuznets.
8. De acordo com Rostow, quais são as principais etapas do desenvolvimento das comunidades humanas e quais as condições necessárias ao *take-off*?
9. Segundo Gerschenkron, como os agentes econômicos dos países não-industrializados encaravam o desafio do crescimento e do desenvolvimento industrial?

Referências

GERSCHENKRON, Alexander. *Economic backwardness in historical perspective, a book of essays*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 1966.

JONES, Charles I. *Introdução à teoria do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KUZNETS, Simon Smith. *Crescimento econômico moderno, ritmo, estrutura e difusão*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os economistas.

NURKSE, Ragnar. *Modelos de comercio y desarrollo*. Washington: Instituto de Desarrollo Económico, 1966.

_____. *Problemas de formación de capital en los países insuficientemente desarrollados*. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.

ROSTOW, W. W. *Desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SCHULTZ, Theodore William. *Capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre os lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. Coleção Os economistas.